

**PORTARIA Nº 206/GAB/SES/2005**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE**, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o Orçamento da Secretaria do Estado de Saúde de Mato Grosso aprovado para o ano 2005 através da Lei nº 8263 de 28/12/2004;

Considerando o Decreto Estadual nº 765/2005 de 17/06/2003 que institui o Sistema de Transferência Voluntária de Recursos do Fundo Estadual para os Fundos Municipais;

Considerando a Resolução nº 023/2000, do Conselho Estadual de Saúde que aprovou o Plano Estadual de Saúde para os anos 2000 a 2003.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Promover o Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – PACIS, por intermédio de incentivo aos municípios consorciados, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS em Mato Grosso.

**Art. 2º** O Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – PACIS, deverá ser norteado pelos seguintes princípios e diretrizes:

- I- Buscar a equidade na distribuição de recursos financeiros para assistência ambulatorial, hospitalar e de serviços de apoio diagnóstico e terapêutico de média complexidade.
- II- Incentivos com recursos financeiros, aos municípios participantes dos Consórcios Intermunicipais de Saúde e que estejam *adimplentes*, com os mesmos, com o objetivo de consolidar as atuais e ampliar as atividades desenvolvidas pelos Consórcios Intermunicipais de Saúde.
- III- Fortalecer o processo de cooperação entre a Secretaria do Estado de Saúde e os municípios organizados em Consórcio de Saúde, restabelecendo-se compromissos e co-responsabilidades das partes em relação ao papel das Unidades Hospitalares de Referência Ambulatorial, Hospitalar e dos Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico Especializados.
- IV- Elevar a resolutividade das Unidades de Referência Hospitalar e Ambulatorial com estabelecimentos de diretrizes para ampliação de especialidades e de indicadores de desempenho relacionados à melhoria da Gestão e da Assistência.
- V- Contribuir para a atração de profissionais da área da saúde e pautas correlatas, profissionais estes com perfis de formação que atendam a melhoria da resolutividade da assistência e melhoria da gestão das Unidades de Referência Hospitalar e Ambulatorial.
- VI- Formatar o desenvolvimento da necessária coordenação entre a Atenção Básica e a Assistência Especializada, facilitando o uso de mecanismos de garantia da referência e os estabelecimentos de guias, consensos e protocolos clínicos, comuns aos dois níveis de assistência.

- VII- Facilitar o monitoramento de Unidade Hospitalar em regiões estratégicas para o Sistema de Referência e Contra-Referência Estadual, com a implantação de programas de melhoria de desempenho tais como: acreditação hospitalar e melhoria de qualidade da assistência hospitalar.
- VIII- Contribuir no desenvolvimento do Sistema Estadual de Referência e Contra-Referência, especialmente na implementação das Centrais Regionais de Regulação.

**Art. 3º** Os recursos financeiros destinados ao incentivo dos municípios consorciados constam do Orçamento da Secretaria do Estado de Saúde e serão transferidos na forma estabelecida pelo Decreto nº 765/2003 de 17/06/2003 em conformidade com os Anexos I e II desta portaria e de acordo com o que segue:

- I- Nos Consórcios Intermunicipais de Saúde, em que a Unidade de Referência Hospitalar ou Ambulatorial não pertença a rede da Secretaria do Estado de Saúde:

Anexo I, o repasse do incentivo aos municípios consorciados obedecerá aos seguintes critérios cumulativamente:

- a) Adimplência das Cotas financeiras do município em relação do Consórcio acordadas em Termo de Convênio vigente entre a SES/MT e Consórcio, comprovada através de demonstrativo e recibos de depósitos fornecidos pela Secretaria Executiva do Consórcio, relativo ao mês anterior ao do repasse do incentivo e caso de inadimplência, o estorno financeiro orçamentário, será efetuado no mês subsequente.
- b) Programa de Saúde da família já implantado no mínimo com 50% (cinquenta por cento) de cobertura da população municipal, comprovado através de informações fornecidas pela Coordenadoria de Atenção Básica SES/MT relativas ao mês anterior ao do repasse do incentivo.
- c) Cumprimento do Plano de Trabalho pactuado pelos Conselhos Diretor e Técnico do Consórcio em relação aos encaminhamentos de pacientes referenciados e a garantia de atendimento. Comprovado através de dados fornecidos pela Direção da Unidade Hospitalar relativo ao mês anterior ao do repasse do incentivo.

- II- Nos Consórcios Intermunicipais de Saúde, onde a unidade de Referência Hospitalar e Ambulatorial pertence a Rede da Secretaria de Saúde:

Anexo II, o repasse do incentivo aos municípios consorciados obedecerá aos seguintes critérios cumulativamente:

- a) **Adimplência**, do município em relação as cotas financeiras para o Consórcio acordadas em Termo de Convênio vigente entre a SES/MT e o Consórcio, comprovada através de demonstrativo fornecido pela Secretaria Executiva do Consórcio relativo ao mês anterior ao do repasse do incentivo.
- b) Programa de Saúde da Família cobrindo pelo menos 50% (cinquenta por cento) da população municipal comprovado através de informações fornecidas pela Coordenadoria de Atenção Básica – SAI/SES, relativo ao mês anterior ao do repasse do incentivo.

- c) O município onde se encontra sediada a unidade hospitalar e ambulatorial do Consórcio deverá dispor de serviço municipal de Pronto Atendimento vinte e quatro horas.
- d) Utilização da Unidade de Referência Hospitalar e Ambulatorial preponderantemente para procedimentos constantes do Plano de Trabalho pactuado pelos Conselhos Diretor e Técnico do Consórcio em relação aos encaminhamentos de pacientes referenciados e a garantia de atendimento, comprovada através de dados fornecidos pela Direção da Unidade Hospitalar de Referência relativos ao mês anterior ao do repasse do incentivo.

**Art. 4º** Os recursos financeiros destinados ao custeio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Consórcios Intermunicipais observarão principalmente:

- I- O caráter redistributivo do apoio financeiro com vistas a minimizar as desigualdades regionais de renda e receita dos municípios, sobretudo no setor saúde, visando beneficiar regiões onde não haja hospitais próprios da rede estadual.
- II- As metas estabelecidas no Plano Estadual de Saúde e no Plano Plurianual (PPA), quanto a implantação gradual por exercício financeiro da Assistência Especializada Ambulatorial e Hospitalar e dos serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT).

**Art. 5º** Os valores a serem repassados aos municípios consorciados a título de incentivo financeiro, nos termos do art. 3º dessa Portaria, corresponderão até 50% (cinquenta por cento) da cota de participação mensal financeira de cada município no Consórcio, conforme o convênio em vigência.

**Parágrafo Único** – A base de cálculo para definição do valor do incentivo corresponde a parcela estipulada nos termos de convênio firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde e o Consórcio Intermunicipal de Saúde vigente na data de publicação desta Portaria.

**Art. 6º** Os efeitos financeiros decorrentes desta Portaria deverão ser especificados e publicados por município e consórcio, atualizadas mensalmente até o dia 20 de cada mês através de informações fornecidas pela Secretaria Executiva de cada Consórcio e os repasses serão realizados do **Fundo Estadual de Saúde** para o **Fundo Municipal de Saúde**.

**Art. 7º** A participação dos municípios ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – PACIS fica condicionada a assinatura de Termo de Compromisso ao citado programa devendo conter:

- I- Compromisso de cumprimento de vincular-se ao Sistema Informativo de Orçamento Público (SIOPS), no prazo máximo de 90(noventa) dias a partir da adesão;
- II- O compromisso de cumprimento das metas pactuadas para melhoria dos indicadores de saúde da Atenção Básica;
- III- Garantir a alocação dos recursos decorrentes desta Portaria para a implementação de ações pactuadas pelo Consórcio;
- IV- Compromisso de vincular-se e participar da respectiva Central Regional de Regulação de cirurgias, internações, consultas e exames especializados;
- V- Compromisso de atingir cobertura do Programa de Saúde da Família de acordo com os parâmetros definidos na Portaria Nº 106/SES/GS/2003;

VI- Providenciar a abertura de sub-conta bancária do Fundo Municipal de Saúde junto ao Banco do Brasil e intitulada como segue:

**Prefeitura Municipal – Fundo Municipal de Saúde – PACIS**

**o u**

**PM – FMS – PACIS**

**Art. 8º** A continuidade da participação dos municípios que atualmente estão inscritos no *Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Consórcios Intermunicipais de Saúde - PACIS*, fica condicionado à:

- I- Alimentação do Banco de Dados do SIOPS com informações referentes ao exercício 2005 até 30 de maio de 2006;
- II- Cumprimento das metas de cobertura populacional do Programa da Saúde à Família, constante da Portaria nº 106/SES/GS/2003 de 17/06/2003;
- III- Adesão às metas dos indicadores da Atenção Básica pactuada para 2005.

**Art. 9º** Os municípios que aderirem ao Programa PACIS obrigam-se a Prestação de Contas correspondente à aplicação dos recursos recebidos, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 70 da Constituição Federal e demais dispositivos legais que disciplinam a matéria.

**Art. 10º** Caberá a SES/MT, a qualquer momento promover a fiscalização do desempenho das atividades executadas pelos municípios relacionados ao cumprimento dos objetivos do Programa PACIS bem como a correta aplicação dos recursos transferidos.

**Art. 11º** Na hipótese de descumprimento das exigências contidas nesta Portaria, bem como assim na inadimplência total ou parcial do correspondente ao Termo de Compromisso e de pactuação, à transferência dos recursos financeiros deverá ser automática e compulsoriamente suspensa, só voltando à regularidade após ter sido sanado todas as pendências.

**Art. 12º** Estabelece que sobre a organização e funcionamento dos Consórcios Intermunicipais de Saúde referente a (1) natureza jurídica, (2) contabilidade e orçamento, (3) pessoal, (4) aquisição de bens e serviços, (5) prestação de contas seguirão a Resolução 02/2004 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

**Art. 13º** Continua em plena vigência as disposições atinentes aos Termos de Compromisso assinados entre os municípios e a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, referente ao Programa de Incentivo PACIS.

**Art. 14º** Essa Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/06/2005, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 074/SES/GS/2002, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 15/04/ 2002.

**Registrada,  
Publicada,  
CUMPRÁ-SE.**

Cuiabá-MT, 06 de outubro de 2005.

**AUGUSTINHO MORO**  
Secretário de Estado de Saúde